



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO (DPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA
MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL – PROFEI
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Márcia Cristina da Conceição Santos Oliveira

GUIA DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICA: Articulação Pedagógica do AEE e classe regular no contexto da Escola Estadual Quilombola Lagoa dos Índios

Macapá-AP

2024



MÁRCIA CRSITINA DA CONCEIÇÃO SANTOS OLIVEIRA

GUIA DE ORIENTAÇÕES: Articulação Pedagógica do AEE e classe regular no contexto da Escola Estadual Quilombola Lagoa dos Índios

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva – Mestrado Profissional – PROFEI, da Universidade Federal do Amapá, como parte integrante da dissertação: Construção e validação de um GUIA DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS sobre a Articulação pedagógica do AEE com a classe regular; como suporte ao atendimento de estudantes público da educação especial na Escola Quilombola Lagoa dos Índios na Amazônia Amapaense, para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria do Carmo Lobato da Silva.

**Macapá-AP
2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PROFEI)

PRODUTO EDUCACIONAL _ GUIA DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Organização:

Márcia Cristina da Conceição Santos Oliveira (pesquisadora)
Maria do Carmo Lobato da Silva (orientadora)

Ilustrações/imagens: A autora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

O48g Oliveira, Márcia Cristina da Conceição Santos.

Guia de orientações pedagógicas: articulação pedagógica do AEE e classe regular no contexto da Escola Estadual Quilombola Lagoa dos Índios / Márcia Cristina da Conceição Santos Oliveira. - Macapá, 2024.

1 recurso eletrônico. 28 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Pós-graduação em Educação Inclusiva. Macapá, 2024.

Orientadora: Doutora Maria do Carmo Lobato da Silva.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Guia de orientações. 2. Educação quilombola. 3. Educação especial. I. Silva, Maria do Carmo Lobato da, orientadora. II. UNIFAP. III. Título.

CDD 23. ed. – 371.9

OLIVEIRA, Márcia Cristina da Conceição Santos. Guia de orientações pedagógicas: articulação pedagógica do AEE e classe regular no contexto da Escola Estadual Quilombola Lagoa dos Índios. Orientadora: Maria do Carmo Lobato da Silva. 2024. 28 f. Dissertação (Mestrado) - Educação Inclusiva. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO (DPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA
MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL - PROFEI

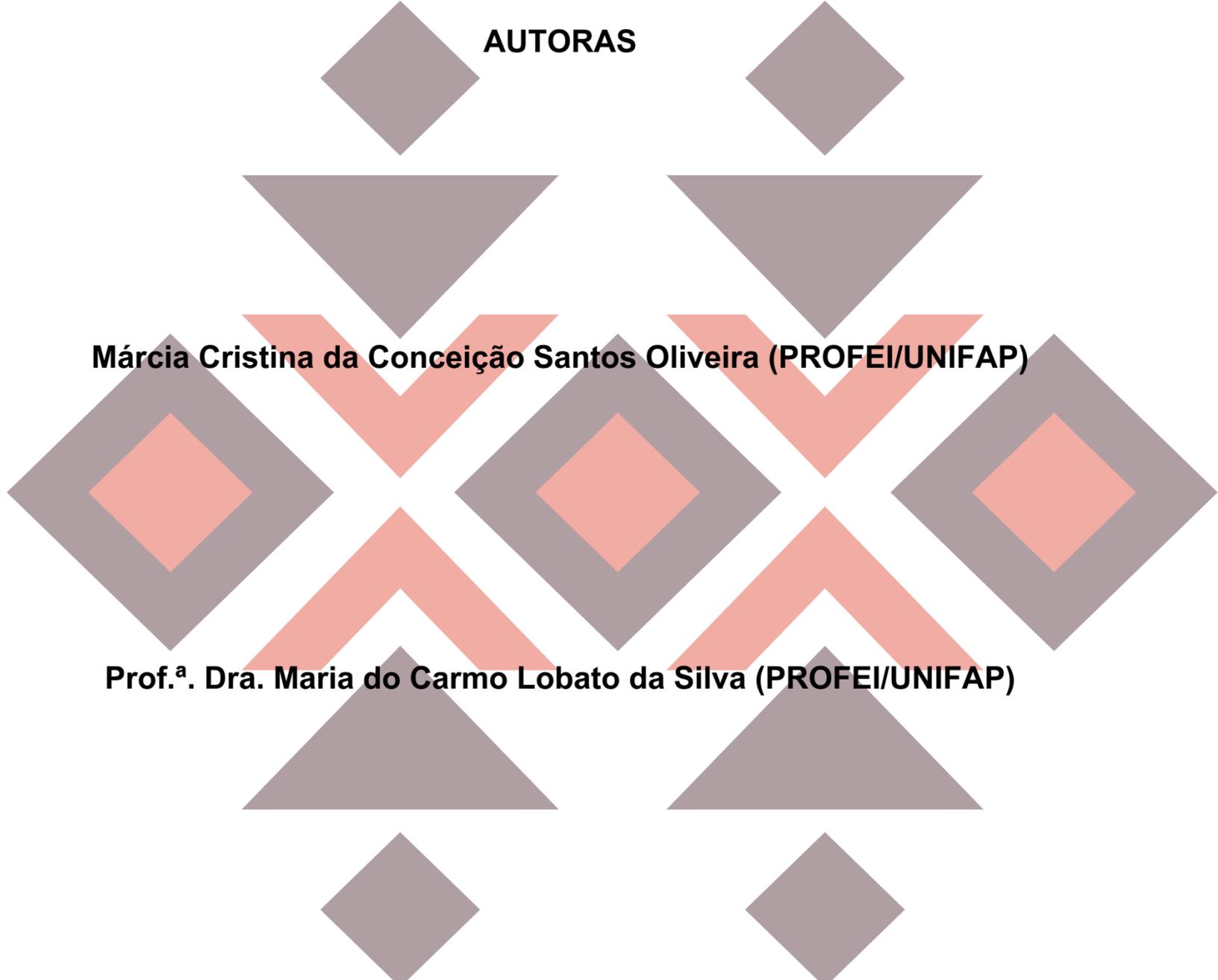


GUIA DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS: ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA DO AEE E CLASSE REGULAR NO CONTEXTO DA
ESCOLA ESTADUAL QUILOMBOLA LAGOA DOS ÍNDIOS



Escola Estadual Quilombola Lagoa dos Índios
Macapá/AP
2024





AUTORAS

Márcia Cristina da Conceição Santos Oliveira (PROFEI/UNIFAP)

Prof.^a. Dra. Maria do Carmo Lobato da Silva (PROFEI/UNIFAP)

Imagens e Ilustrações

Recursos do canva.com e Pixabay.com



APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Este Guia de Orientações Pedagógicas é um produto educacional, parte integrante da dissertação intitulada “Atendimento Educacional Especializado: Articulação Pedagógica na Escola Estadual Quilombola Lagoa dos Índios, na Amazônia Amapaense”, desenvolvida no Programa de Pós- Graduação em Educação Inclusiva - PROFEI, da Universidade Federal do Amapá.

O Guia foi uma necessidade manifestada pelas professoras da Escola Quilombola. O GUIA foi construído em conjunto com as professoras, focado nas necessidades da escola.

Para construir esse produto, considerou-se a realidade da escola quilombola, com sua cultura, rica de significados e os dados da pesquisa realizada com as professoras do AEE e professoras da classe regular. O objetivo deste Guia de Orientações Pedagógicas foi colaborar na prática das professoras fornecendo um material pedagógico, que se configura como um produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação dos processos de ensino e aprendizagem de estudantes público da educação especial na Escola Quilombola Lagoa dos Índios.





Marabaixo é a cultura do estado do Amapá
Com amor e alegria da cultura vou cuidar

Na escola Lagoa dos Índios, todos juntos vão cantar
Nosso ritmo é forte, Marabaixo eu vou mostrar

Os professores da Lagoa, a cultura resgatar
Marabaixo foi esquecido, mas agora vai voltar

Na escola quilombola, vou aprender com muito amor
A dançar o Marabaixo e saber o seu valor

Com a nossa caminhada, eu vou te conscientizar
A cultura negra é bela
E resplandece no olhar

Com a nossa mistura de cores, vou traçando a minha história
Nas entranhas dos meus cachos
Um legado de força e glória

Nossos cantos de lamento, traduzindo o sofrimento
Marabaixo é reinventado, com a alegria e movimento.

(Composição do Ladrão de Marabaixo, professoras da Escola Estadual Lagoa dos Índios. 11/2023)

COMO NASCEU ESTE EIXO DE PESQUISA

Como o caroço do açaí, que tão pequenino se irmana as demais sementes do talo e compõe o cacho que será macerado e produzirá a bebida mais completa dos povos amazônicos; assim, se construiu este Guia, semente a semente, cacho a cacho, que plantado às margens do Rio Majestoso nos quintais dos quilombos, dá força e vitalidade à seu povo ribeirinho. Assim este Guia, que é fruto de pesquisas, leituras e tecituras; tomou corpo e se fez pesquisa e dissertação.

Este Guia nasceu do borbulhar das águas do Amazonas, do vento refrescante que embala as tardes de verão e das lutas por uma educação amazônica mais inclusiva e de maior visibilidade, para quem a nação tem uma dívida social, cultural e educacional muito grande: os povos quilombolas.



SUMÁRIO

1	Educação Quilombola	7
2	Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	8
3	Pessoa com Deficiência	12
4	Política Nacional de Educação Especial Resolução 02/2001.....	13
5	Adaptações Curriculares.....	16
6	Interface entre AEE e Classe Regular.....	19
7	O que é Plano de Ensino Individualizado – PEI.....	20
8	Protocolo para construção do PEI na Escola Quilombola Lagoa dos Índios.	21
9	Possíveis Caminhos para Aplicabilidade do PEI.....	22
10	Sugestões de metodologias /ações que podem ser realizadas na Escola Quilombola na Interface do AEE e Classe Regular.....	23
11	Relatos de Experiências e Ações Desenvolvidas pelas Professoras	25
12	Considerações.....	26
13	Referências	27

1 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

O Quilombo é lugar de gente feliz, que na simplicidade encontra na vida a profundidade da riqueza do campo; cultura e tradição conectadas pela educação, reconhecimento e valorização. Este Guia, brotou do desejo de dar visibilidade à interface da educação especial no contexto escolar quilombola, assim como aos estudantes marcados historicamente pela exclusão social; contexto rico e potente que se desenvolve na Amazônia amapaense em uma escola quilombola. Neste sentido, uma fonte importante de reflexão é Nozu, 2023:

Sob os auspícios da política de Educação Inclusiva, cujos contornos mais concretos passam a ser identificados, no Brasil a partir dos anos 2000, alguns documentos passam a sinalizar interfaces da Educação Especial e da educação do/no campo, reiterando o direito à escolarização dos povos dos campos, das águas e das florestas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, bem como a atenção às suas diferenças socioculturais e as suas necessidades educacionais específicas. (Nozu 2023, p, 18)



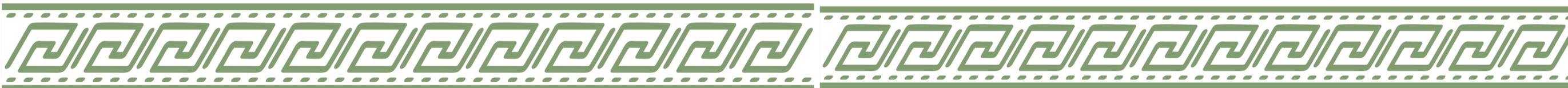
Assim, dialogamos também sobre o processo de construção de um sistema educacional mais inclusivo, a transversalidade da Educação Especial perpassando pela educação escolar em todos os seus níveis. Sendo de grande relevância as “orientações para o pensamento e a ação” (Ciavatta, Ramos, 2012, p. 11). Que norteia essa prática inclusiva.

Para assegurar a garantia dos direitos à educação das comunidades quilombolas, tem-se no Brasil diversas legislações, entre elas, a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, onde em seu inciso III apresenta:

III - assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico. (Brasil, 2012)



No âmbito legal que versa sobre a educação quilombola, as variadas legislações consolidam o direito e apresentam os meios para que ela se consolide com bases inclusivas, como o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, e a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.



2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO

A Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) se configura como resultado da consolidação legal para a progressiva inserção dos estudantes com deficiência nas escolas regulares objetivando por meio da oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE criar condições e disponibilizar recursos para que os sistemas de ensino estaduais e municipais garantam a todas as crianças o acesso ao ensino regular, a participação, a aprendizagem e a continuidade em todos os níveis de ensino, trazendo como diretrizes para sua efetivação.



Atenção!



- [saiba +](#) Diretrizes operacionais do AEE
- [Saiba+](#) Lei 9394/6

O AEE, tem um aparato material e tecnológico de possibilidades para favorecer o atendimento.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Essa ideia é:
fomentada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na
Educação
Básica CNE No 04/2009 ao tratar sobre a Educação do Campo:

Na perspectiva da Educação Inclusiva o AEE tem a firme contribuição para o desenvolvimento de estudantes público da Educação Especial, na acessibilidade pedagógica e garantia de aprendizagens em todas as formas de desenvolvimento.

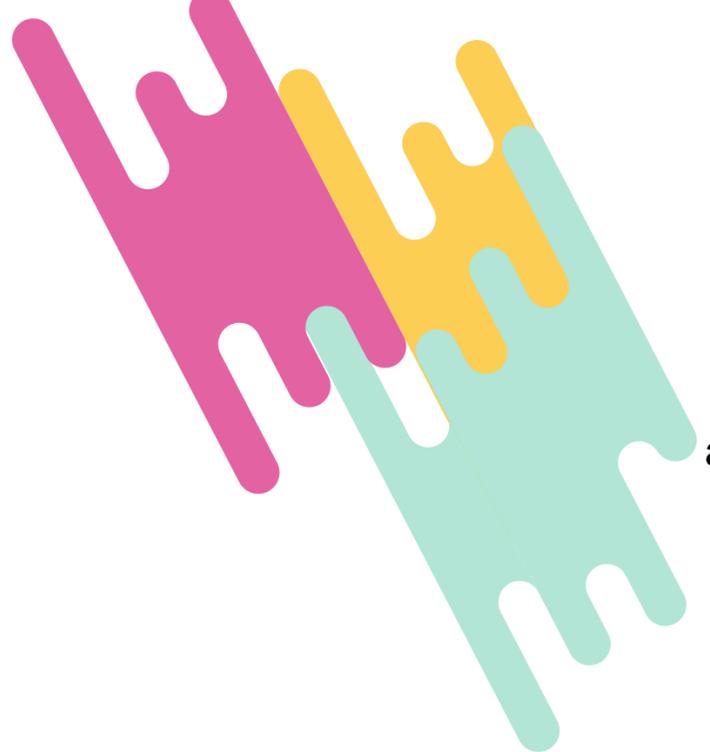


Para saber mais
acesse



Diretrizes para a Educação no Campo • [Saiba+](#)

Lei Brasileira de Inclusão • [Saiba+](#)



A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, abre as portas da escola para a implantação de um AEE fundamentado na cultura da comunidade, com articulação pedagógica e possibilidades de metodologias de identificação com a vida dos estudantes.

As Diretrizes da Educação Quilombola (2012), define:

Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.

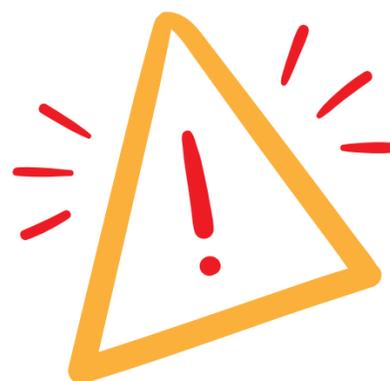
O AEE é “a forma de atribuir novos contornos à Educação Especial, o que corrobora com as formas de ser e de viver na atualidade” (Rogalski, 2012 p. 2).

Tem a função de identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de possibilitar acessibilidade para que as barreiras sejam eliminadas e, assim, haja uma participação objetiva dos estudantes.



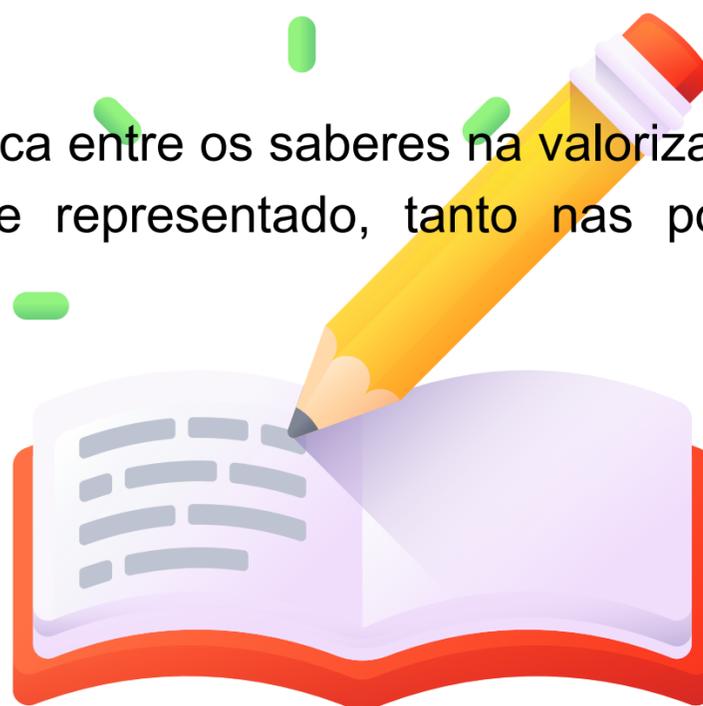
A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA TEM COMO PRIORIDADE:

Garantir o Atendimento Educacional Especializado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes quilombolas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.



Assegurar que as escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas, considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e suas formas de produção do conhecimento tecnológico.

Promover a interface cultural e científica entre os saberes na valorização da cultura quilombola, onde cada estudante e professor sintam-se visto, ouvido e representado, tanto nas políticas públicas quanto no reconhecimento e valorização.



A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei nº 13.145/2015 trazem o conceito de pessoa com deficiência:

A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, art.2º).



4 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL RESOLUÇÃO 02/2001

✓ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

DEFICIÊNCIA FÍSICA:

Comprometimento da função física do corpo, que acarrete alteração no seu funcionamento causando algum tipo de incapacidade, logo ficam excetuadas as alterações de caráter estético;

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:

Comprometimento na capacidade intelectual da pessoa, com manifestação até aos 18 anos, associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer; e trabalho;

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLAS:

Associação de duas ou mais deficiências

DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

Pessoa com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;



DEFICIÊNCIA VISUAL:

Comprometimento da visão (no todo ou parcial). Cegueira é quando acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, baixa visão é quando acuidade visual está entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o.



4 Política Nacional de Educação Especial Resolução 02/2001

TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO

TEA - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

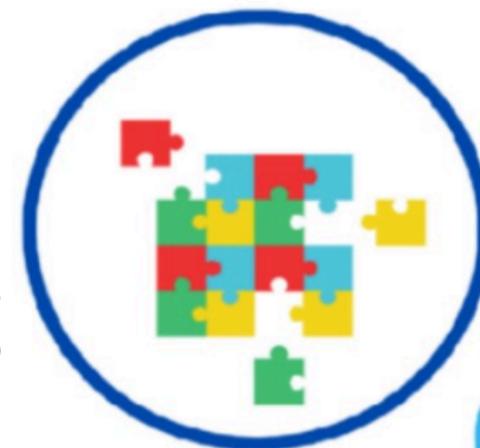
Os transtornos do espectro autista são quadros clínicos nos quais as pessoas têm dificuldade em desenvolver relacionamentos sociais normais, usam linguagem de maneira anormal ou não a usam em absoluto e apresentam comportamentos restritos ou repetitivos.

A **Lei Berenice Piana**, como é conhecida a **Lei n.º 12.764, de 2012**, institui os direitos dos autistas e suas famílias em diversas esferas sociais. Por meio desta legislação, pessoas no espectro são consideradas pessoas com deficiência para todos os efeitos legais e, portanto, têm os mesmos direitos assegurados.

A Legislação Assegura:

- Direito ao Diagnóstico precoce;
- Acesso à saúde;
- Educação Inclusiva/AEE;
- Assistência Social;
- Proteção contra discriminação;
- Assistência Social.

TEA



1

NECESSITA DE APOIO - POSSUI CARACTERÍSTICAS DE DÉFICIT NA COMUNICAÇÃO SOCIAL COM PREJUÍZOS NOTÁVEIS.

2

NECESSITA DE APOIO SUBSTANCIAL - COM CARACTERÍSTICAS DE DÉFICIT GRAVE NAS HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, COM LIMITAÇÃO REDUZIDA NAS INTERAÇÕES SOCIAIS.

3

NECESSITA DE SUPORTE MUITO SUBSTANCIAL - COM CARACTERÍSTICAS DE DÉFICIT GRAVE NAS HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL VERBAL E NÃO VERBAL, COM GRANDE LIMITAÇÃO NAS INTERAÇÕES SOCIAIS".

Lei Berenice Piana
Do sonho à realidade

Direitos da pessoa com
Transtorno do Espectro
Autista (TEA)

COMES &
VEIGA

4 Política Nacional de Educação Especial Resolução 02/2001



ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial Resolução 02/2001. Define como pessoas com Altas Habilidades/Superdotação os educandos que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo de acordo com a Política Nacional de Educação Especial, demonstram um alto grau de potencialidades nos seguintes aspectos (Isolados ou combinados):

- Capacidade intelectual geral
- Aptidão acadêmica específica
- Pensamento criativo ou produtivo
- Capacidade de liderança
- Talento para as artes



5 ADAPTAÇÕES CURRICULARES

As adaptações curriculares são modificações do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo ou em aspectos dele, de forma a acomodar TODOS os alunos.

Segundo o que consta na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), todo educando deve ter a oportunidade de alcançar e manter o nível de aprendizagem de modo adequado. Além disso, preceitua que os sistemas educacionais precisam levar em conta a diversidade de características e as necessidades de seus estudantes.



- 1 É necessário adotar alguns cuidados rigorosos antes de se indicar a efetivação de Adaptações Curriculares, avaliar antes o nível de suporte do estudante.
É importante que se considere: a real necessidade do aluno; a relação entre o
- 2 nível de competência curricular do aluno e a proposta curricular regular; o caráter processual do desenvolvimento humano e da aprendizagem, permanecendo aberto para os ajustes necessários.

5 ADAPTAÇÕES CURRICULARES

TEMPORALIDADE:

Adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem, tanto aumentando, como diminuindo o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os consequentes conteúdos.

ADAPTAÇÃO DE CONTEÚDOS:

Adaptação de conteúdo podem ser a priorização de tipos de conteúdos, a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação da sequência de conteúdos, ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.



ADAPTAÇÕES DO MÉTODO DE ENSINO E DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender

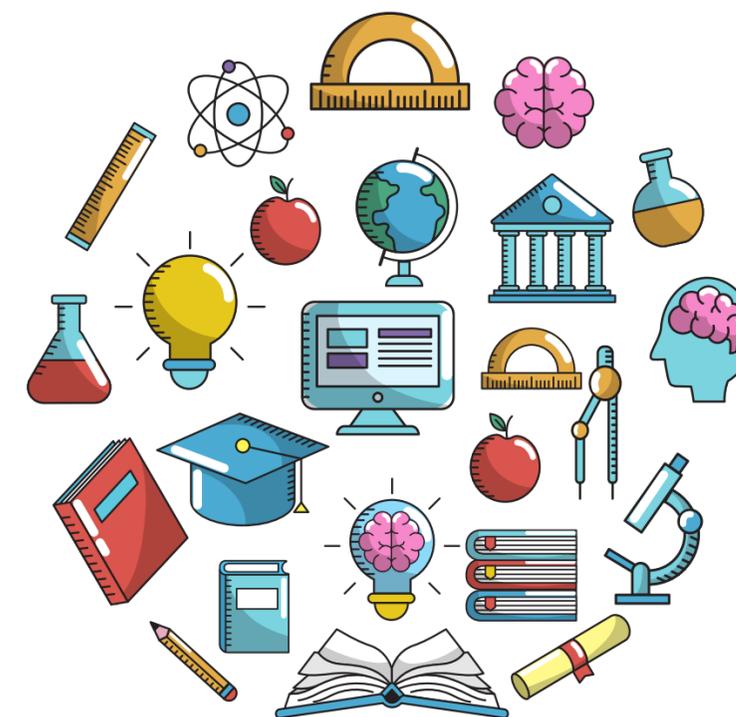


PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIFERENCIADO

Importante para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos. Adaptação do processo de avaliação, seja por meio da modificação de técnicas, dos instrumentos utilizados e metodologias.

Exemplos de possíveis ajustes:

- Avaliações orais,
- Vídeos,
- Escrita adaptada
- Trabalho em equipe
- Registro fotográfico
- Desenhos
- Material em Braille
- Mapa mental
- Sequência Lógica



DICAS DE FILMES



O MENINO QUE DESCOBRIU O VENTO

O filme aborda questões sociais como a desigualdade social, a dificuldade de acesso à escola, a fome e a violência. O filme também mostra a importância da educação e da inclusão social, e como a criatividade e a inovação podem ser motores de mudança.



FAROL DAS ORCAS

Narra a história de uma mãe que viaja para a Patagônia com seu filho autista na esperança de que um guarda florestal e um grupo de orcas selvagens possam ajudá-lo a encontrar uma conexão emocional.



A TEORIA DE TUDO

A teoria de tudo é um filme que conta a história do físico Stephen Hawking e os preconceitos que sofreu, lutou contra a esclerose lateral amiotrófica (ELA). O filme retrata a coragem de Hawking em buscar uma teoria para explicar o que ninguém consegue entender e em se amar e se aceitar.

6 INTERFACE: AEE E CLASSE REGULAR

O Guia de Orientações Pedagógicas aborda a importância de que todos se entendam como parte do processo educacional dos estudantes público da educação especial, independentemente das diferenças no fazer pedagógico; o sucesso da aprendizagem e engajamento dos estudantes deve estar fundado na parceria, planejamento e formação continuada das professoras, bem como, na participação da família no processo educacional.

Este GUIA reafirma a importância de políticas públicas eficazes de articulação na relação entre **Educação Quilombola e Educação Especial**, sob os olhares e práticas inclusivas das professoras do AEE e classe regular, um trabalho realizado tendo como base o **PEI e o Ensino Colaborativo** como alternativas mais próximas possíveis da realidade cultural da escola quilombola.

Os caminhos a serem trilhados entre a Educação Escolar Quilombola e a Educação Especial devem perpassar por ações concretas, onde as práticas pedagógicas alcancem metodologias uníssonas, a partir da construção do PEI - Plano Educacional Individualizado, onde cabe construir um PEI **arraigado na vida da comunidade quilombola, absorvido de sua cultura**, que valorize e represente seu povo afrodescendente, que **traga em si a dança, o folclore, as músicas, as festas de sua gente**; e que estas sejam trazidas para dentro do planejamento inclusivo, com textos, ilustrações, jogos e material didático rico e próprio do quilombo.

O PEI é uma prática importante para se encontrar o “ponto certo” de aprendizagem do estudante, uma parceria que agregue conhecimento e onde as tarefas não exigem ações de um só professor e sim coparticipativas entre todos os envolvidos no processo ensino, aprendizagem, práticas e cultura escolar, perpassando todos os níveis e modalidades de ensino (São Paulo, 2002).

O planejamento em conjunto, professora do AEE e professora da classe regular, tem todas as possibilidades para ser o caminho mais assertivo do sucesso educacional dos estudantes público da educação especial, bem como ações colaborativas e legitimadas pelo e no PPP da escola. Assim, cabe vislumbrar aqui a importância da **articulação pedagógica** das professoras do ensino regular e das professoras do AEE, na Escola Quilombola Lagoa do Índios.



7 O QUE É O PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO - PEI

É um documento elaborado a partir de observações, considerando o caráter individual da aprendizagem no quilombo, em que cada estudante é único e aprende de maneira diferente. O PEI deve utilizar estratégias adequadas; assim o estudante pode aprender com seus pares no ensino regular (NAPNE-PRE/IFSP, 2017).

Nesse contexto é importante o currículo e as práticas pedagógicas considerarem as especificidades do processo educacional de cada estudante e não partir do padrão de homogeneidade predominante, ainda hoje, na maioria das escolas (Glat; Pletsch, 2012).

O PEI na Educação quilombola se constitui por práticas que valorizem a cultura, que busque a parceria com a comunidade e promova a inserção da realidade quilombola no material didático e dê apoio pedagógico .

O PEI NA ESCOLA QUILOMBOLA DEVE TER A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS:

Saiba Mais - [Modelo de PEI](#)

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educativa.pdf>



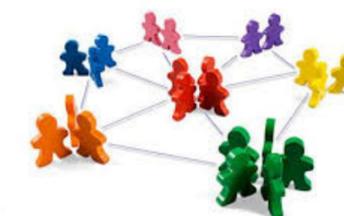
8 PROTOCOLO PARA CONSTRUÇÃO DO PEI NA ESCOLA QUILOMBOLA LAGOA DOS ÍNDIOS:

- 1 - Partir da realidade cultural da comunidade quilombola;
- 2 - Conhecer a legislação pertinente à Educação Quilombola;
- 3 - Buscar metodologias próprias, que valorizem as festas, danças, folclore e culinária própria do quilombo, bem como práticas e saberes pertencentes a tradição Afrodescendente;
- 4 - Promover a interface do AEE com a classe regular, articulação entre as professoras com a prática do Planejamento Colaborativo;
- 5 - Avaliar as metodologias a serem utilizadas, com propostas que possibilitem a aprendizagem, considerando seu caráter Multicultural e Transversal;
- 6 - Incluir a comunidade, valorizar suas histórias e vivências;
- 7 - Identificar os estudantes público da educação especial;
- 8- Avaliar as potencialidades e fragilidades dos estudantes público da educação especial, entrelaçada com as adaptações curriculares, ambientais e culturais da comunidade quilombola;
- 8- Definir objetivos, selecionar e organizar conteúdos que valorizem a história cultural do quilombo;

Neste sentido, é preciso se apropriar dos saberes a serem construídos para o estudante, segundo Valadão, 2010, é importante:

Descrição do desenvolvimento, especificação dos serviços especializados necessários; Previsão da participação do estudante em atividades da classe comum; Participação do estudante nas avaliações; Cronograma de estudo; Definição das formas de mensuração do progresso do estudante;





- ✓ 1 **Consultoria Colaborativa:** Serviço de apoio a inclusão escolar, de acordo com Vilaronga; Mendes (2014); Araújo; Almeida (2014), estabelece sistemas de colaboração e de cooperação ao criar e fortalecer uma rede de apoio aos profissionais da escola. A proposta de consultoria colaborativa consiste em levar o trabalho dos especialistas para dentro da escola, bem como também, as experiências dos líderes comunitários, moradores do próprio quilombo. A Consultoria Colaborativa é a expressão de todos os apoios que a educação encontra dentro da própria escola, e a partir das próprias Políticas Públicas;
- ✓ 2 **Trabalho Colaborativo:** Colaboração profissional entre dois professores, um com conhecimento geral e outro com conhecimento específico na área da educação especial para se alcançar um objetivo que não seria possível de maneira individual. Em especial no contexto da escola quilombola o trabalho colaborativo será de grande ajuda na construção da parceria entre AEE e classe regular por fortalecer a proposta de ensino colaborativo, quando ambos os professores realizam o trabalho em parceria, planejamento e elaboração de novas estratégias para o ensino, beneficiam o AEE e Classe Regular, pois ao trabalharem juntos em sala de aula, somam conhecimentos mais abrangentes e dividem a responsabilidade e os objetivos para cada estudante. Um trabalho colaborativo que reflete a cultura do quilombo e sua ancestralidade.



10 SUGESTÕES DE METODOLOGIAS/AÇÕES QUE PODEM SER REALIZADAS NA ESCOLA QUILOMBOLA NA INTERFACE DO AEE E CLASSE REGULAR

- ✓ 1 **Aulas transdisciplinares**, que proporcionem a interação entre disciplinas, cada professora explorando seu eixo de conteúdos, conectados com a cultura quilombola, entrelaçados com elementos que vão além das disciplinas, e do espaço disciplinar da sala de aula, a transdisciplinaridade propõe uma abordagem holística, cultural e conectada a conhecimentos de diversas áreas, para proporcionar uma compreensão mais profunda. Para os estudantes público da Educação Especial propõem-se a utilização de materiais didáticos concretos e lúdicos na interação com o conteúdo. Podem ser realizadas atividades como: Feira de Produtos Agrícolas, Projeto Criando Parcerias com a própria comunidade, Oficinas Pedagógica com a utilização de recursos da natureza, Criação de Hortas Sustentáveis, etc.
- ✓ 2 Institucionalizar o **Projeto Dia da Consciência Negra** como o maior evento da escola, trazer não somente a dança e a caminhada nas ruas da comunidade, mas buscar parcerias, trazer discussões de políticas públicas e efetivação dessas políticas na escola quilombola;
- ✓ 3 Criação de **espaços alternativos** dentro da própria escola: Maloca da Cultura, Criação de uma sala de aula aberta (sem paredes) que proporcione maior contato com a natureza para aula de conteúdos específicos, atividades do AEE ofertadas num ambiente propício as interações, com atividades compartilhadas, criativas e prazerosas que respeite a diversidade cultural e climática do Amapá;
- ✓ 4 Aula com uso de **musicalidade afro**; Registros fotográficos antigos e novos, Linha do tempo contando as histórias dos antepassados, Criação de um *Site* para a escola divulgar sua prática educacional e sua cultura;
- ✓ 5 Estabelecer a “**Hora do ContoAfro**”, onde os idosos da comunidade sejam convidados a estar na escola contando fatos e trazendo suas histórias para as novas gerações;

10 SUGESTÕES DE METODOLOGIAS/AÇÕES QUE PODEM SER REALIZADAS NA ESCOLA QUILOMBOLA NA INTERFACE DO AEE E CLASSE REGULAR

- ✓ **6** Confeção de Brinquedo Pedagógico com materiais reutilizáveis e de grande significado para a cultura quilombola (barbantes, tambores de latas, juta, PETs, palhas, sisal, etc.);
- ✓ **7** Calendário Escolar que possa incluir as comemorações de âmbito nacional e local importantes para A Escola Quilombola;
- ✓ **8** Criar metodologias variadas para promover a aprendizagem e interação entre os estudantes: uso de slides com imagens da própria comunidade, maior valorização de músicas dos cantores da terra (MPA), cartazes produzidos pelos próprios alunos para ilustrar conteúdos, aulas práticas com recursos da natureza (sementes, folhagens, tinturas, etc.);
- 9** Construir um PEI com ações que promovam a produção do conhecimento tendo como suporte o Trabalho Colaborativo e a Consultoria Colaborativa;

TODAS ESTAS SUGESTÕES DE ATIVIDADES SE APLICAM NA INTERFACE DA ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA DO AEE COM CLASSE REGULAR, ACRESCENTANDO-SE;

- Tempo adicional, que TODOS os estudantes público da Educação especial tem direito, bem como adaptações curriculares;
- Parâmetro de correções com especificidades de cada caso, intervenções pedagógicas, para tratar o estudante com isonomia, urbanidade e respeito às necessidades educacionais apresentadas pelos estudantes;



11 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DAS PROFESSORAS: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SALA DE AULA

25

Algumas falas colhidas ao longo das entrevistas, com a beleza e simplicidade própria da Escola Quilombola, atividades que foram planejadas e executadas pelas professoras e alguns relatos sobre a situação de aprendizagem dos estudantes público do AEE na Escola Quilombola Lagoa dos Índios

“Na parte da escrita, ele não consegue tirar do quadro para o caderno, na escrita não desenvolve, porém, eu busco alternativa com o lúdico e ele aprende. Foco naquele que tem a necessidade, ele às vezes consegue desenvolver. Eu fico feliz! Eu foco no alfabeto”. (Respondente P5, 2023).

“Minha experiência com o aluno que tá todo dia na escola, ele sempre aprende alguma coisa, essa é a potencialidade da escola, os alunos dificilmente faltam a escola. Eles contam com o transporte escolar, assim então, eu tenho 100% de aproveitamento. Por ser uma escola quilombola alguns empecilhos que faz com que aqui ou acolá não tenha uma aula”. (Respondente P3)

“Eu utilizo o contexto da sala de aula mesmo, quando eu vejo que em determinado conteúdo eles estão tendo dificuldade, aí eu já faço uma adaptação. Para o menino eu faço mais figuras e ele consegue copiar, a menina já ler e acompanha direitinho junto dos demais. Ele tem mais dificuldade; na questão de matemática também eu já pego mais com material concreto com ele”. (Respondente P4, 2023).



12 CONSIDERAÇÕES

26

A identidade da escola quilombola deve estar marcadamente presente desde a entrada, passando pelos corredores, pelas salas, pela cozinha, nas cores e ornamentações diferenciadas, chegando ao planejamento e promovendo uma imersão cultural na articulação de conhecimentos.

Este Guia reconhece que a educação é um direito gratuito e para TODOS, e aponta-nos o desejo de lutar por Políticas Públicas e derrubar barreiras atitudinais para combater qualquer possibilidade de discriminação e desigualdade de acesso aos conhecimentos. Assim, foi possível defender a ideia de que os estudantes quilombola, público da educação especial, precisam ter sua cultura reconhecida e respeitada, e isso traduzida no engajamento das professoras, no PPP da escola, no ensino colaborativo, na inclusão tanto no AEE quanto na sala de aula regular, como possível metodologia que promova e garanta uma aprendizagem conjugada com a vida.

Diante do exposto, essas e tantas outras políticas educacionais e ações afirmativas para a educação quilombola na Amazônia Amapaense vêm reforçar a ideia de quanto é importante uma educação de qualidade, o quanto é necessário à efetivação de políticas educacionais que levem em consideração suas histórias, memórias, identidade, valores, hábitos, diferenças e características próprias quilombola.

Convivendo com a Escola Quilombola Lagoa dos Índios por meses, os depoimentos foram acontecendo nesse “estar” com elas. O diálogo fluiu em diferentes situações, quer nas entrevistas semiestruturadas, observações para o Diário de Bordo, cafezinho com diálogo informal pelos corredores, participação nos projetos da escola e tantos outros momentos que possibilitaram a construção deste Guia de Orientações Pedagógicas. Um jeito diferente de dialogar sobre Educação Especial Quilombola na Amazônia Amapaense.

“... no vento do Rio Amazonas, no sabor do açaí, na dança do Marabaixo, no estudo e na ciência se faz educação no Amapá”. Um abraço inclusivo.



13 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 23/12/1996.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em 17 de jun. 2021.

Clavatta, Maria; Ramos, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 49, p. 11-37, jan.-abr. 2012

GLAT; Vianna, Márcia Marin; e Redig, Annie Gomes. “Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente”. Revista Universidade Rural. Série Ciências Humanas, 2012, v. 34, pp. 79-100.

Mendes, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: Manzini, E. J. Inclusão e acessibilidade, Marília: ABPEE, 2006. p. 29-41.

Nozu, Washington Cesar Shoiti (Org.), Educação Especial e Educação do/no Campo: sujeitos, movimentos e interfaces/ 1 ed. –Campos do Goytagazes, RJ: Encontrografia Editora, 2023.

Valadão, Gabriela Tannús. Planejamento educacional individualizado na educação especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha (dissertação). Mestrado em Educação Especial. UFSCar, 2010.

Vilaronga, C. A. R.; Mendes, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2021.



Autoras

Márcia Cristina da Conceição Santos Oliveira (PROFEI/UNIFAP)

Professora de Educação Especial e Inclusiva, no IFAP.

Atuação em grupo de pesquisa e mestranda do Programa PROFEI/UNIFAP.

Membro do NDE da Universidade Aberta do Brasil.

Membro do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE/IFAP



Prof.ª. Dra. Maria do Carmo Lobato da Silva (PROFEI/UNIFAP)

Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Pedagogia/Campus Santana

Professora do Programa em Educação Inclusiva (PROFEI). Universidade (UNIFAP)

Líder de Grupo de Pesquisa

Imagens e Ilustrações

Recursos do [canva.com](https://www.canva.com) e [Pixabay.com](https://www.pixabay.com)